



ACÓRDÃO Nº 86/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10985/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Francelin Mendes dos Santos (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Cristian Renner Albuquerque Martin –OAB/AM nº 11.418.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7677/2019-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Josué Cláudio de Souza Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual da **Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte**, referente ao exercício de 2017, sob responsabilidade do **Sr. Francelin Mendes dos Santos**, Presidente da Câmara, com fulcro no art. 71, II, da CF/88 c/c o art. 40, II, da CE/89 e art. 1º, II, art. 22, II, e art. 24 da Lei 2.423/96;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Francelin Mendes dos Santos** no valor de **R\$ 3.413,60**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com base no art. 308, II, "b" do Regimento Interno desta Corte, em razão do achado 2 do relatório-voto;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;



ACÓRDÃO Nº 86/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3. Aplicar Multa ao Sr. Francelin Mendes dos Santos no valor de **R\$ 13.654,39**, que deverá ser recolhida no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, com base no art. 308, VI, do Regimento Interno desta Corte, em razão das impropriedades remanescentes do achado 10;

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

10.4. Recomendar ao Câmara Municipal de Nova Olinda do Norte que:

10.4.1. Observe com rigor o determinado art. 51, § 1º, inciso I, da Lei n.º 101/2000;

10.4.2. Promova implementação de controles internos relativos aos almoxarifados e patrimônio do órgão, nos termos da Lei nº 4320/64;

10.5. Dar ciência ao **Sr. Francelin Mendes dos Santos** e demais interessados, desta decisão;

10.6. Arquivar o presente processo após cumprimento de decisão, nos termos regimentais.

11- Ata: 3ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Fevereiro de 2020

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro Relator

CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA

Procurador-Geral, em substituição